

A guerra "justa" do presidente Sarney

Erwin Krautler
Bispo do Xingu

"Eu são emformado que os jemitios (...) se alevantarão já per vezes contra os christãos e lhes fizeram muitos danos e que ainda estão alevantados e fazem guerra e será muito serviço de Deus, e meu, lançados fora dessa terra para se poder povoar asy dos christãos...

(Do regimento de Tomé de Souza, 15 de dezembro de 1548).

Sai cansado de mais uma reunião com autoridades do governo. Foram cinco horas de exposições. Confesso que ao findarem as conversas fiquei mais preocupado e angustiado, que quando do início desta segunda rodada de discussões sobre problemas relacionados com a política indigenista oficial, em 26 de janeiro.

Este segundo encontro entre a Igreja Missionária e as auto-

ridades governamentais precisa ser relacionado com a reunião anterior. No fatídico dia 27 de novembro, com Brasília enfumada, ensurdecida por buzinas, gritos e apupos, encontrávamos-nos no Ministério do Interior, discutindo o impacto do Projeto Calha Norte sobre as populações indígenas, o problema da terra dos índios e outros assuntos de igual importância. Os interlocutores do governo, porém, não tiveram condições de responder satisfatoriamente a todas as perguntas. Conclusão final dessa primeira reunião? Nenhuma, a não ser marcar a data da outra.

O toque de encerramento do encontro foram afirmações genéricas e vagas, como "defendemos a mesma causa", "é necessário somarmos forças", ou "precisamos continuar o diálogo". Descontentes com resultados tão magros, tentamos, na última hora, arrancar um sinal de "boa-vontade" que daria perspectivas de algum encaminhamento mais concretos. Conse-

guimos a promessa de que se daria prioridade à demarcação das quatro áreas Tikuna situadas na fronteira.

Contudo, o tempo passou, e nada aconteceu. No melhor estilo das campanhas eleitorais, a promessa não passou de palavras. E este foi o pano de fundo da reunião de 26 de janeiro.

Desta vez, o governo estava melhor representado, com o general Rubens Bayma Denys, do Conselho de Segurança Nacional, e os ministros Ronaldo Costa Couto e Dante de Oliveira, com seus assessores.

Nós, do CIMI, havíamos preparado um documento que relatava todos os passos e compromissos assumidos pelo governo em quase dois anos de conversas com a Igreja. Questionávamos o diálogo que mais parecia um monólogo governamental, já que nunca houve um retorno significativo.

Após uma detalhada exposição sobre o Projeto Calha Norte, em que não foram poupados elogios ao senso patriótico do

presidente Sarney, li o nosso documento. Percebi que a leitura incomodava, e fui acompanhado por um silêncio acanhado e constrangido. Embora não tenha merecido um comentário mais detalhado, o documento provocou um prolongado debate sobre o Projeto Calha Norte e a sustação das demarcações na faixa de fronteira. O general Bayma Denys foi direto ao assunto, e sem melas-palavras, esclareceu: não serão demarcadas áreas indígenas na faixa de 150 km de largura a partir da linha de fronteira; esta é uma posição pessoal e fechada do presidente Sarney, que inclusive está ciente da ilegalidade de tal proceder. Afirmou, ainda, o general, que demarcar áreas indígenas na fronteira - compreendida em toda a sua extensão, do Oiapoque ao Chuí - tornaria vulnerável esta zona estratégica, mormente na Amazônia, onde os índios são muito poucos para atender às exigências da Segurança Nacional.

Fiquei assustado e boquiaberto com o tom categórico do general. A posição do governo significa novamente, impor aos milhares de índios que há séculos habitam as fronteiras uma violação ao direito à terra. O go-

verno admite apenas a demarcação de outra figura jurídica, como a colônia agrícola indígena, desde que não se sobreponha ou oponha à ótica da Segurança Nacional, que continua sendo a "suprema lex", acima das leis escritas que todos conhecemos.

Os índios, chamados por Joaquim Nabuco de "as muralhas dos sertões", terão que ceder, como cederam os muros de Jericó, no Antigo Testamento, ao som estridente das trombetas da Doutrina de Segurança Nacional. Agora, pelo menos, sabemos em que terreno pisamos.

Incapazes de enfrentar nossa argumentação, os interlocutores governamentais tornaram-se menos seguros, e chegaram a propor a criação de uma comissão para aprofundar os estudos sobre os conceitos jurídicos envolvidos no problema da demarcação em faixa de fronteira. Não podendo oferecer sequer promessa de solução, o governo quer ganhar tempo, criando uma nova comissão. Enquanto isso, os índios continuam a ser alvo e vítimas de ataques por parte de madeireiros e legiões de garimpeiros. Suas terras continuam sendo invadidas e a presença cada vez maior de posseiros posterga e finalmente invia-

biliza a demarcação de seus territórios. Alega-se a necessidade de evitar a eclosão de conflitos sociais, como se não houvesse terra suficiente no Brasil para assentar todos os trabalhadores rurais. Instala-se um diabólico círculo vicioso: primeiro, não se demarcam as áreas indígenas, porque estão na faixa de fronteira; a não demarcação escancarara as portas das terras à invasão; finalmente, não se demarca porque não há como assentar os invasores. A atitude do governo acaba sendo um escancarado incentivo à invasão das terras indígenas. Talvez nem seja despropósito: quem sabe, na ótica governamental, este seja um meio para garantir uma maior presença brasileira nas fronteiras.

Em poucos anos, se continuarmos assim, já não haverá sequer índios em benefícios dos quais fazer estas demarcações. Terão sumido do mapa, terão sido "lançados fora da terra", vítimas da morosidade e do desca-so. A morte física ou cultural das dezenas de povos indígenas que habitam a fronteira será uma indelével vergonha nacional para o Brasil, uma ignomínia que cairá sobre toda a humanidade.

(Extraído de "O Liberal" em 01/02/87).